



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



CARLOS EDUARDO VIEIRA RIBEIRO

MOEDAS SOCIAIS

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA/PR

2013



MOEDA SOCIAIS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Curitiba.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Isaura Alberton de Lima



TERMO DE APROVAÇÃO

Moedas Sociais

Por

Carlos Eduardo Vieira Ribeiro

Esta monografia foi apresentada às _____ horas, do dia ____ de _____ de 2013, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho _____.

Prof.^a Isaura Alberton de Lima
UTFPR – *Campus* Curitiba
(Orientadora)

Prof. Dr. Hilda Alberton de Carvalho
UTFPR – *Campus* Curitiba

Prof. Msc. Ana Cristina Macedo Magalhães
UTFPR – *Campus* Curitiba

Dedico ao Povo de Campina do Monte Alegre, que me elegeu por 3 (três) mandatos para Prefeito, que me apoiou nas propostas inovadoras e acreditou nas minhas ideias.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais, pelo exemplo de vida; a Carlos Galeão Camacho, meu assessor durante oito anos e mentor nos projetos políticos, hoje Presidente do Partido Verde, SP; à Heloisa Primavera, professora da Universidade de Buenos Aires Argentina, onde tive a oportunidade de proferir palestras e ajudar a montar projetos de moedas sociais; ao professor e escritor Paul Singer, secretário geral da economia solidária do Ministério do Trabalho.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, professores da UTFPR, Campus Curitiba. Aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação. Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

Moedas Sociais:

Uma abordagem humanista para o

“dinheiro” alternativo

“Aquele que botar as mãos sobre mim,
para me governar, é um usurpador, um tirano.
Eu o declaro meu inimigo.”

Pierre-Joseph Proudhon

Resumo

A moeda social é um instrumento monetário de uma comunidade sustentável, que está acoplada a uma política de geração de renda e de trabalho, por meio de capacitação de trabalhadores sem qualificações, por ONGs, Associações ou por políticas públicas. Essas moedas sociais são criadas e geridas pelas próprias comunidades, aumentando assim sua inclusão social e seu poder político. A metodologia utilizada nesta monografia foi pesquisa bibliográfica e inclui a participação *in loco*, pois na condição de Prefeito Municipal de Campina do Monte Alegre, SP, no ano de 1.992, iniciou-se um projeto pioneiro de implantação de moeda social, sendo que, hoje, há mais de (80) oitenta bancos comunitários em funcionamento no território brasileiro. A lógica da moeda social e a paridade como dinheiro é ter o mesmo valor para a troca. No decorrer do trabalho são apresentados os princípios e a lógica dessa moeda e também alguns pensamentos sobre moeda ao longo da história.

Palavras-chaves: Bancos comunitários, economia solidária, desenvolvimento social.

ABSTRACT

The social currency is a monetary a sustainable community, which is coupled to a policy of income generation and employment, through training of unskilled workers by ONGS, Associations, by public policy, these coins are created social and managed by the communities themselves, thereby increasing their social and political power. The methodology includes a literature review and participation *in loco* provided for Mayor from Campina do Monte Alegre, SP, in the year 1992, began a pioneering project and implementation of social currencies and today has over (80) eighty community banks. The logic of social currency and parity as the money is to have the same value for the exchange. Throughout the paper presents the principles and logic of this coin and also some thoughts on currency throughout history.

Keywords: Community Bank, Solidarity Economy, social development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 JUSTIFICATIVA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
2.1 MOEDA E DINHEIRO.....	17
2.2 Moedas e Planos Econômicos Brasileiros.....	19
2.3 Moeda e Moeda Social: funções e características.....	20
2.3.1 Operacionalidade Da Moeda Social.....	21
2.3.2 Benefícios Do Uso Da Moeda Social.....	22
2.3.3 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.....	22
2.3.4 FIB – Felicidade Interna Bruta.....	24
2.3.5 FIB X IDH.....	26
2.3.6 Felicidade x Alegria.....	27
2.4 O QUE É POLÍTICA SOCIAL?.....	29
2.5 MODELO DE DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL.....	30
2.5.1 Salário e crédito.....	31
2.5.2 Bancos da comunidade.....	33
3.METODOLOGIA.....	34
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	35
3.2 TIPOS DE PESQUISA E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	35
4.LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
4.1 LOCAL DA PESQUISA OU LOCAL DO ESTUDO.....	36
O fenômeno emancipatório paulista na década de 1990.....	37
4.2 A MOEDA SOCIAL “CAMPINO”.....	44
4.3 CRIAÇÃO DO CAMPINO: A MOEDA SOCIAL.....	47
4.4 RESULTADOS.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
5.1 RECOMENDAÇÕES.....	56
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES.....	61
O CAMPINO REAL.....	62

1. INTRODUÇÃO

A moeda social é uma ferramenta da economia solidária, utilizada pelos bancos comunitários, que não são instituições financeiras, mas associações civis, Organizações Não Governamentais – ONGs – ou entidades sem fins lucrativos e tem sido usada com o objetivo de aumentar a circulação de bens e serviços em uma comunidade, promovendo o desenvolvimento local, incluídas em certos programas de políticas públicas de combate à miséria e inclusão social. Seguindo os princípios da economia não se trata de dinheiro, mas de instrumento de desenvolvimento social local.

A circulação da moeda social ocorre no comércio local e geralmente quem compra com a moeda social recebe um desconto patrocinado pelos comerciantes locais, criando fidelidade no seu comércio. De acordo com Antonio Haroldo Pinheiro Mendonça, coordenador geral de comércio justo e crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, em entrevista a uma emissora de televisão¹,

“a moeda social é uma ferramenta para o desenvolvimento econômico local. A ideia é fazer com que o recurso daquela comunidade possa circular o maior tempo possível dentro dela, gerando um ciclo virtuoso. O funcionamento é simples: no banco social, o consumidor troca reais pela moeda social em circulação no seu bairro ou cidade. No comércio local, ele ganha desconto ao pagar com esse dinheiro. Já o comércio, se houver necessidade de efetuar compras fora da comunidade, pode desfazer a troca”.(Mendonça, 2004)

Ainda conforme Mendonça(2004), todas as moedas sociais emitidas no Brasil são lastreadas em Reais, portanto, paritárias com a moeda oficial. Ou seja, para cada campino, sabiá, tupi, palmas, maracanã – ou outro nome de moeda social – emitido, o banco social tem um real guardado em caixa. Isso evita infringir a lei – que restringe a emissão de dinheiro ao Banco Central (BC), e oferece ao governo uma garantia de que não está competindo com o real, até porque, uma das exigências é que a aparência das notas seja bem distinta do Real.

¹ Entrevista concedida à TV Tem, afiliada da Rede Globo de Televisão, para o programa semanal “Globo Ecologia”, levado ao ar em 28 de agosto de 2012

1.1 JUSTIFICATIVA

Relembrando um dos parágrafos anteriores, “o capitalismo contemporâneo está marcado pela crise social, o que gera, inevitavelmente, debates sobre novas tendências para organizar a vida social e econômica, pensar o desenvolvimento e o envolvimento da sociedade civil nos processos de transformação da realidade”. Isto posto, reflete-se sobre a importância de se encontrar saídas criativas e economicamente viáveis para a sobrevivência coletiva.

Ou seja, assim como a natureza se refaz e assim como a “vida” encontra meios para se reproduzir, o ser humano – enquanto espécie – procura soluções para suas crises. A moeda social seja, talvez, uma dessas soluções que aparecem esporadicamente trazendo em seu bojo as justificativas econômicas, sociais, coletivas e, porque não dizer, educacionais e técnicas que irão auxiliar o desenvolvimento de uma comunidade.

O contexto de exclusão monetária e social brasileira leva à reflexão sobre a insuficiência de oportunidades, à população pobre e miserável, para acesso ao crédito no Sistema Financeiro Nacional. A inclusão monetária por meio da moeda social traz em seu bojo a inclusão social porque oferece chances, oportunidades e oferta de serviços financeiros quando, a partir de seus princípios básicos, se faz acompanhada por atividades norteadas pela economia solidária.

1.2 OBJETIVOS

Este projeto tem como objetivo discorrer sobre uma das alternativas encontradas para aliviar as necessidades dessas pessoas que, no afã da sobrevivência, andaram na contramão da desigualdade social, do aumento da violência e, dizendo não ao subemprego, resolveram lutar pela sua dignidade.

1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Analisar a moeda social do ponto de vista do aumento do poder aquisitivo suprindo, assim, as pequenas necessidades de uma comunidade de baixa renda e, como consequência, oferecendo, as bases da educação financeira, cidadã e ecológica para quem a utiliza;
- b. Traçar o perfil tanto de aceitação quanto de risco que a moeda social pode vir a trazer;
- c. Medir o índice de satisfação dos usuários da moeda social e, indo mais longe, mensurar o FIB (felicidade interna bruta^{***}) da comunidade que utiliza a moeda social².

² FIB – Felicidade Interna bruta – está baseado no Índice da Felicidade, criado pelo Butão, país asiático encravado na Cordilheira do Himalaia, entre dois gigantes: ao norte, a China e ao sul, a Índia. Em 1972, o país mediu o Índice de Felicidade Interna Bruta, relacionado à renda, saúde, e ao nível de estresse da população.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para aprofundar o tema, a economia solidária, faz-se mister pesquisar a teoria de Paul Singer, principal teórico brasileiro do assunto e nomeado Secretário Nacional para cuidar da implantação do novo órgão na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que é um dos principais propositores da economia solidária como alternativa viável para o desenvolvimento de outra forma de organizar as relações de produção, tendo como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, que unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, na qual todos são igualmente possuidores do capital por meio do trabalho cooperativo, associativo ou sociedade econômica (SINGER. 2007).

Ainda sobre a economia solidária, Abramo (2002) a define como uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza, centrada na valorização do ser humano, e não do capital, insistindo em sua base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida, preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa: a economia capitalista.(ABRAMO, 2002)

Segundo Abramo (economia solidaria) traz a cidadania, e a inclusão financeira quando o trabalhador não tem acesso básico aos meios de produção; e ambiental, no momento que a associação compra e paga em moeda social o seu lixo reciclado, pois quando o caminhão de lixo compra o lixo do cidadão ele paga em moeda social, e as cooperativas de lixo as vendem em real, criando a paridade da moeda. A moeda social tem sua similaridade com a economia islâmica, no princípio da não usura, pois ela não tem a cobrança de juros e quando emprestada traz a ética, pois serve para investimentos em pequenos negócios ou pagamentos de contas diárias.

De acordo com o Banco Central do Brasil, moeda social, não é considerada dinheiro, já que a única moeda oficial do Brasil é o Real, mas pode ser tratada como desenvolvimento local e de inclusão social, que tem apoio de

políticas públicas dos governos federal. Não substitui o dinheiro, nem possui natureza salarial e ninguém é obrigado a aceitá-la ou a participar de um sistema de moedas sociais, pois elas não têm curso forçado, não trazendo nenhum, risco à moeda oficial do Brasil.

Falar de moeda social no mundo globalizado onde o capital financeiro assume grandes proporções, movimentando-se livremente entre os diversos países, é de certa forma, libertar a comunidade onde a economia solidária é instalada, livrando-a da especulação e da instabilidade dos fluxos de capitais. Este contexto contribui tanto para o desmoronamento da concentração de riqueza nas mãos de poucos, quanto para o crescente desenvolvimento da comunidade, modificando substancialmente o conceito de pobreza que, se antes era concebida como o acesso limitado à renda e ao consumo, passa a ser considerada como inaptidão de alcançar padrões como acesso à moradia, educação, saúde, participação social, liberdade individual e qualidade de vida. Ou seja, é considerado pobre aquele que não tem acesso às oportunidades, à justiça social e aos direitos individuais. Justifica-se, portanto, o estudo mais aprofundado da implantação de moedas sociais em comunidades mais carentes pelo simples fato de que, de modo geral, ela promove as condições de vida consideradas adequadas ao ser humano.(ABRAMO, 2002)

Historicamente, o desenvolvimento brasileiro na década de 1980 foi marcado pela crise da dívida externa levando o governo a um endividamento astronômico que influenciou fortemente o nível de crescimento econômico do país. No início da década de noventa, o Brasil entra no contexto mundial de liberalização financeira, comercial e de desregulamentação cambial, tornando-se dependente das oscilações dos mercados internacionais, do câmbio e dos juros. Esse histórico contribui para um contexto brasileiro marcado pela exclusão e desigualdade. Pelo menos, um quinto da população brasileira, em torno de 40 milhões de pessoas está abaixo da linha da pobreza. (PNUD, 2006)

As consequências para toda a sociedade são visíveis e estão relacionadas à crescente marginalização da população de baixa renda, com crescimento da violência e do crime organizado, ao lado do aumento dos

bolsões de pobreza (favelas), que fogem ao controle das autoridades. Segundo dados do “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil”, do sociólogo Julio Jacob Waiselfisz³, divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, “nos últimos 30 anos, o índice de assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil, entre zero e 19 anos cresceu 346%”. A pesquisa, baseada em dados colhidos pelo Ministério da Saúde, mostra que Minas Gerais apresenta o maior crescimento de assassinatos de jovens desta faixa etária nos últimos dez anos. Em 2000, foram 361 vítimas, contra 657 em 2010 – o que representa um aumento de 82%.

Os números impressionam ainda mais se forem analisados pelo lado humano, ou seja, a violência contamina, principalmente, aquelas pessoas que não possuem condições de conseguir emprego com carteira assinada e, por estarem desempregadas ou subempregadas perdem sua dignidade e sua autoestima. O capitalismo contemporâneo está marcado pela crise social, o que gera, inevitavelmente, debates sobre novas tendências para organizar a vida social e econômica, pensar o desenvolvimento e o envolvimento da sociedade civil nos processos de transformação da realidade.

Experiências de sucesso surgem e possibilitam melhorias nas condições de vida, bem como geração de trabalho, renda e desenvolvimento local, como é o caso dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD), dos fundos solidários e rotativos de crédito, dos clubes de trocas solidárias e cooperativas de crédito. Todas essas ações apresentam-se como expressões da Economia Solidária e vêm ganhando espaço como um importante instrumento de inclusão social. De acordo com o mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES – MTE), em parceria com Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), são 1,25 milhão de trabalhadores reunidos em cooperativas,

³ Julio Jacob Waiselfisz formou-se em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e tem mestrado em Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Atuou como professor em diversas universidades da América Latina. Também desempenhou-se como consultor e especialista de diversos organismos internacionais, como o PNUD, OEA, e IICA, OEI, além de exercer funções de Coordenador Regional da UNESCO no Estado de Pernambuco e Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do setor de Desenvolvimento Social da mesma instituição. Coordenador do Mapa da Violência no Brasil.

associações e ONGs, totalizando 15 mil Empreendimentos Econômicos Solidários⁴. Organismos internacionais, como o PNUD, OEA, e IICA, OEI, além de exercer funções de Coordenador Regional da UNESCO no Estado de Pernambuco e Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do setor de Desenvolvimento Social da mesma instituição. Coordenador do Mapa da Violência no Brasil.

No mundo globalizado o capital financeiro assume grandes proporções, movimentando-se livremente entre diversos países. A livre mobilidade do capital aliado ao avanço da tecnologia, ao fácil acesso às telecomunicações e a informática aumentou a capacidade de realização dos investidores em tempo real no globo terrestre. “Cerca de 1,5 trilhão de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta em 24 horas, valor que corresponde ao volume do comércio internacional em um ano. Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política” (DOWBOR, 2007).

O processo de financeirização da economia expressa-se pela valorização financeira superior ao crescimento do produto real, ou seja, o foco deixa de ser a produção e passa para a especulação do dinheiro pelo dinheiro. A transferência crescente de riquezas do setor produtivo para o mercado financeiro aprofunda a escassez de recursos para investimentos em setores economicamente estratégicos. E, ainda a instabilidade dos fluxos de capitais, que sujeita a economia aos ataques de especulação, aliada

“à ocorrência de transformações nas relações produtivas entre os agentes que se refletem diretamente no mercado de trabalho, via o acirramento do processo de substituição, por máquinas e equipamentos, de atividades antes realizadas, preponderantemente, por capital humano, de mudança e aprimoramento dos modelos fordista e taylorista, por uma noção mais flexível e organização do trabalho (Toyotismo, terceirização da produção), acarretam o aumento das taxas de desemprego,

⁴ Dados retirados do projeto “O Crédito Popular sob a ótica das Micro finanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza – CE”, de Andrea Viana Faustino, apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina, curso de graduação em Ciências Econômicas. Florianópolis, julho de 2007.

flexibilização das relações trabalhistas, achatamento dos salários reais e o aumento da informalidade do mercado de trabalho” (SCHEFER, 2006, p. 14)

Este contexto contribui tanto para o aumento da concentração de riqueza nas mãos de poucos, quanto para a crescente pobreza e miséria, cujo conceito, antes concebido como o acesso limitado à renda e ao consumo, atualmente é considerado como a inaptidão de alcançar padrões e saber se são ou não alcançados, como o acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, participação social e política, segurança social, liberdade, qualidade ambiental, acesso a oportunidades, justiça social e direitos humanos (WOLFENSOHN; BOURGUIGNON, 2004)⁵.

No caso brasileiro, o desenvolvimento na década de 80 marcado pela crise da dívida externa, leva o governo a um endividamento com as estatais, influenciando fortemente o nível de crescimento econômico do país. No início da década de noventa, o Brasil entra no contexto mundial de liberalização financeira, comercial e de desregulamentação cambial, tornando-se dependente das oscilações dos mercados internacionais, do câmbio e dos juros. Este histórico contribui para um contexto brasileiro contemporâneo marcado pela exclusão e desigualdade. Pelo menos, um quinto da população brasileira está abaixo da teórica linha da pobreza, em torno de 40 milhões de pessoas (PNUD, 2006).

A consequência, para toda a sociedade, está principalmente relacionada à crescente marginalização da população de baixa renda, com crescimento da violência e do crime organizado. Há também aumento das favelas (bolsões de pobreza), que fogem ao controle das autoridades. Segundo dados da UNESCO (2004), entre 1999 e 2004, o crescimento médio da violência nas capitais brasileiras foi de 1,6%, nas regiões metropolitanas em torno de 2,4% e, no interior 8%. Pessoas que não possuem condições de conseguir emprego com carteira assinada e, por estarem desempregadas ou subempregadas perdem sua dignidade e sua autoestima.

⁵ “[...] alguns estudos consideram pobre quem tem renda mensal inferior a meio salário mínimo. Já o indigente é aquele que tem rendimento inferior a um quarto do salário mínimo” (IPECE, 2004, p. 9).

Os empreendedores de pequenos negócios que precisaram de crédito para compra de equipamentos (carrinho de pipoca, churrasqueiras), para as demandas diárias (conta de luz, água, compra de pão, leite), e para as qualificações profissionais. A moeda social.

É preciso entender que a moeda social não alimenta capital, poupança ou investimentos que não sejam éticos, mas é usada como uma ferramenta fundamentada nas relações humanas, nas práticas de solidariedade e reciprocidade, estando longe de caracterizar-se como meros dispositivos compensatórios financeiros, mas sim em fatores determinantes na realidade da produção da vida material e social do indivíduo.

As moedas sociais podem representar uma inovação tecnológica com potencial para enfrentar as dificuldades e/ou deficiências dos sistemas monetários vigentes, principalmente no pós-crise global, quando países considerados sustentáculos da economia mundial viram ruir suas teorias, abalando a estrutura financeira mundial. Moedas sociais são usadas, no Brasil, para fortalecer programas de economia solidária, privilegiando comunidades carentes (leia-se pobres) que, de outro modo, não teriam acesso ao sistema.

“Segundo diz o provérbio, dinheiro gera dinheiro. Quando se tem um pouco de capital, muitas vezes é fácil conseguir mais. O grande problema é conseguir este pouco inicial.” (Adam Smith em *A riqueza das Nações*, p.113). A moeda social tem como propósito tirar a pequena comunidade do contexto de exclusão monetária e social, alicerçando o acesso ao crédito.

2.1 MOEDA E DINHEIRO

Desde há muito tempo a moeda é usada como unidade de conta e meio de circulação, afinal segundo a Bíblia, Judas entregou Jesus por 30 moedas de prata.

Lorde Keynes, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda** 1.936, economista da escola clássica, analisa a economia, como um sistema de troca

pura, no qual a moeda é um lubrificante do sistema de troca, exercendo um papel secundário, e este ligado economia monetária da produção.

Karl Marx, (1.996), no seu livro *Capital*, a moeda surgiu no processo de análise de mercadoria, ela possuem dois valores, o de uso e o de troca, o de uso, sendo usada para satisfazer suas próprias necessidades básicas e ao mesmo tempo podem ser utilizadas no processo de troca, podem e possuem um valor de uso e este valor só se realiza, através de sua utilização no mercado, valor de troca e explicado na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, o possuidor de uma mercadoria só a troca por outra quando o valor de uso satisfaz sua necessidade.

De maneira geral, o fato da moeda utilizada como medida de valor permite que produtos de natureza extremamente distinta como leite e pão transformem-se em algo da mesma natureza, em unidades monetárias.

A moeda quando desempenha o papel de meio de troca, permite a circulação de produtos, facilitando o escambo e dando à comunidade o desejo de realizar as suas necessidades.

Usados como sinônimos, dinheiro e moeda diferem de forma sutil, pois conforme notado por Soares (2006, p. 96), “o dinheiro normalmente é reconhecido através das funções que é capaz de cumprir [como meio de pagamento]; enquanto a moeda está mais ligada a forma que o dinheiro toma no exercício das referidas funções”. Neste sentido, Mishkin (1998, p.31) conceitua moeda em termos econômicos como “qualquer coisa que seja geralmente aceita em pagamento (ou como instrumento de troca) por bens ou serviços ou pagamento final de dívidas.”

As moedas metálicas, notas, cheques, depósitos bancários à vista, moeda eletrônica (transferências instantâneas em transações internacionais), moedas de plástico (cartões de crédito e débito), bônus, vales, mercadorias, ações e outros ativos podem ser reconhecidos como moeda, desde que sejam aceitas pelos credores nos pagamentos (MISHKIN, 1998; RUDGE et al., 2005), levando a crer que a “[...] a moeda [socialmente aceita] é definida pelo comportamento das pessoas” (MISHKIN, 1998, p. 36).

A concepção de dinheiro evolui num processo histórico, “se modificando junto com as outras transformações sociais, servindo ora de agente integrador de certos valores, ora transformador de valores antigos [...] [ora] ajudando a preservar posições tradicionais” (SOARES, 2006, p.108), refletindo a capacidade humana em adequar seu instrumento monetário à realidade de sua economia.

Constata-se na economia primitiva, a prática natural do escambo (troca direta); na continuidade deste processo, o aparecimento dos intermediários de troca (moeda-mercadoria: sal, gado, metais preciosos); depois a utilização de ativos de papel (cheques e dinheiro); a moeda com lastro em ouro até 1971; e, nas últimas décadas, o reconhecimento da moeda fiduciária, inconvertível, com emissão e multiplicação organizada e controlada pelos governos nacionais (SOARES, 2006).

2.2 Moedas e Planos Econômicos Brasileiros

Conforme a Revista Veja, em sua edição on-line, de 1980 a 1993, o Brasil teve quatro moedas, cinco congelamentos de preços, nove planos de estabilização, onze índices para medir a inflação, 16 políticas salariais diferentes, 21 propostas de pagamento da dívida externa e 54 mudanças na política de preços. Em menos de uma década, seis zeros da moeda corrente foram tirados e, cada vez que isso acontecia, o dinheiro mudava de nomenclatura. Passou de Cruzeiro para Cruzado, Cruzado Novo, voltou para cruzeiro e amargou, nesse tempo, números exorbitantes como 1783% de inflação acumulada no ano de 1989.

"O mais ambicioso e drástico plano econômico para vencer a inflação", conforme a Revista Veja, foi o “plano Collor I”, lançado em 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello. A medida alterou mais uma vez a moeda (que voltou a ser chamada cruzeiro) e ordenou o confisco dos valores superiores a 50 cruzeiros em cadernetas de poupança e contas correntes de todos os brasileiros por 18 meses. O então presidente ainda lançou o Collor II, tão infrutífero quanto o primeiro.

Após o impeachment de Collor, os índices de inflação beiraram o absurdo. Em 1993, já sob a gestão de Itamar Franco, a marca chegou a atingir 2.708% ao ano. Em 1994, foi lançado o plano econômico mais eficaz de todos, com estratégia traçada pelo ministro da Fazenda e futuro presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi criada a Unidade Real de Valor, URV, um indexador atrelado ao dólar que logo trocou de nome e tornou-se uma nova moeda, o Real. A decisão suspendeu a ciranda da moeda no país: o real extinguiu o cruzeiro real, que tinha substituído o cruzeiro um ano antes, tornou-se uma moeda estável e forte. A economia começou a se recompor.

Com o poder aquisitivo reforçado e uma moeda forte, o brasileiro passou a consumir mais e, como não podia deixar de ser, passou exigir as moedinhas que lhe eram de direito: o troco, afinal, cada centavo valia!

Em Campina do Monte Alegre, o então prefeito, Carlos Eduardo Vieira Ribeiro, tentou resolver o problema da falta de troco com uma medida inédita: o Campino, a primeira moeda social brasileira.

2.3 Moeda e Moeda Social: funções e características

Para compreender a presente monografia, é preciso esclarecer que **Moeda** é a base de troca do capitalismo e somente tem direito de consumir aquelas pessoas que a possuem. Ou seja, no capitalismo há camadas da população que estão fora do mercado, pois para a sua sobrevivência precisam ser amparadas por políticas públicas governamentais, tais pessoas geralmente são analfabetas, abaixo da linha da pobreza e não se enquadram na sociedade, pois não possui nenhum tipo de qualificação profissional.

O capitalismo está marcado pela crise social, o que gera inevitavelmente debates sobre novas tendências para organizar a vida social e econômica, pensar o desenvolvimento e o envolvimento da sociedade civil nos processos de transformação da realidade. O governo é o responsável para trazê-las de volta à sociedade, com políticas públicas qualificações profissionais, e cidadania.

2.3.1 Operacionalidade Da Moeda Social

A missão do Banco comunitário, é implementar projetos de trabalho de sistema de renda através da Economia solidária, primariamente focada na superação da pobreza, com o objetivo de oferecer microcréditos para a produção e consumo local sem taxas de juros e comprovantes de rendas, ou fiador, sem avalistas e como agente que dá a garantia do empréstimo o próprio vizinho.

Sendo a própria comunidade a sua gestão, (Anarquismo Proudhon), atua com duas linhas de crédito uma em Real, e outra em moedas sociais, circulantes, (Campino), sua linha de crédito estimula a criação de uma rede de consumo de produção em locais de baixo desenvolvimento pois atua em área de exclusão e desigualdade social e seu público alvo são pessoas de baixa renda, em particular os beneficiários de programas governamentais, e tem a intenção de tornar sustentável financeiramente em curto prazo obtendo subsídios justificados pela sua inclusão social.

Feira de trocas são locais onde a sociedade se encontra para comprar ou trocar seus bens, ou necessidades ou serviços. Estas feiras são baseadas em princípios da economia solidária como valorizar o trabalho o saber e a criatividade humana, e não está voltada à valorização do capital. A principal meta é buscar um intercambio respeitoso humanista usando a moeda social como um instrumento de escambo.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários consiste na articulação de todos os Bancos Comunitários do Brasil. Cadastram-se na Rede todos os bancos que após um rigoroso processo de formação, recebe e o selo de certificação da Rede de Bancos Comunitários. Todos os Bancos comunitários têm obrigação de "prestar contas" de suas atividades, anualmente, no Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários. Atualmente são 51 Bancos Comunitários no Brasil que criaram e operacionam pelo menos 81 moedas alternativas ao Real⁶. As moedas sociais são reconhecidas pelo Banco Central como complementares ao Real e são usadas pelos bancos comunitários para

⁶ Dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

estimular a economia local. E como não pode substituir a moeda oficial, esses bancos comunitários devem ter um Real em caixa para cada moeda social liberada no mesmo valor.

Estima-se que a rede de bancos comunitários movimentaram, nos últimos 14 anos, cerca de 10 milhões de Reais, sendo 400 mil na forma de moedas sociais.

2.3.2 Benefícios Do Uso Da Moeda Social

Toda medida social ou comunitária visa o bem estar e a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos participantes. Com a Moeda Social não é diferente: espera-se obter um alto índice de satisfação dos seus usuários.

Porém, não basta saber que o padrão de vida e, conseqüentemente a autoestima melhorou. É preciso mensurar essa melhoria. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é largamente utilizado no Brasil, sendo que, já bastaria para mostrar a melhora na qualidade de vida dos habitantes de Campina do Monte Alegre, município onde foi introduzido o Campino. Mas, o IDH apenas atestaria um resultado já esperado. É preciso fazer mais: tornar esse resultado conhecido nacionalmente. Essa é a principal razão de se optar pelo FIB – Felicidade Interna Bruta.

A seguir, explica-se como é possível chegar ao IDH e ao FIB, procurando mostrar as diferenças entre os dois índices e o porquê da escolha do FIB.

2.3.3 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – o “conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. Tal conceito difere da perspectiva de “crescimento econômico” que “vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar”. A

abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

Ainda conforme o PNUD

“O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.”

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.

A medição do índice vai de 0 – zero – ou nenhum desenvolvimento humano a 1 – um – que representa o desenvolvimento humano total. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

De acordo com dados para 2011, o IDH do Brasil é 0,718. Embora apresente deficiências no sistema educacional, o IDH do Brasil é considerado de alto desenvolvimento humano, pois o país vem apresentando bons resultados econômicos e sociais. A expectativa de vida em nosso país também tem aumentado, colaborando para a melhoria do índice nos últimos anos.

Em Campina do Monte Alegre, que tornou-se município no início dos anos 1990, desmembrado do município de Angatuba, no sudoeste do Estado de São Paulo, o Índice de Desenvolvimento Humano em 2000 era de 0,742. Considerado alto, já que os maiores índices foram alcançados por cidades como São Caetano do Sul, SP, com 0,919, Niterói, RJ, com 0,886 e Florianópolis, SC com 0,881 e, na outra ponta, municípios como Araioses, MA, com 0,486, Taipu, AL, com 0,479 e Guaribas, PI, com 0,478.

Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. A Noruega é o país com maior IDH e Serra Leoa com o menor índice. O Brasil ocupa a posição de número 73, dos 173 países que servem de base para o índice.

2.3.4 FIB – Felicidade Interna Bruta

Annie Kelly, correspondente do jornal Folha de São Paulo, escreveu em 10 de dezembro de 2012 que

“há uma série de sinais manuscritos no acostamento da sinuosa estrada montanhosa que liga o aeroporto à capital do Butão, Timfu. Não são avisos de reduzir a velocidade ou verificar os espelhos, e sim mantras de afirmação da vida. "A vida é uma jornada! Complete-a!", diz um deles, enquanto outro sugere ao motorista que "permita que a natureza seja o seu guia". É uma recepção adequadamente animadora para quem visita este reino remoto, um lugar de antigos monastérios, bandeiras de oração ao vento e deslumbrante beleza natural. Há menos de 40 anos, o Butão abriu suas fronteiras pela primeira vez. Desde então, ganhou o status quase mítico de um Xangri-Lá da vida real, em grande parte graças à sua determinada e metódica busca pelo mais fugidioso dos conceitos: a felicidade nacional". (KELLY, 2012)

Kelly visitou o Butão para conhecer, na prática, a FIB – Felicidade Interna Bruta – um indicador sistêmico criado e desenvolvido naquele país, em 1972, com total apoio do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. À época, o conceito atraiu a atenção do mundo com sua

fórmula inovadora para medir o progresso de uma comunidade ou de uma nação, partindo do princípio de que riqueza deve ser entendida como desenvolvimento econômico, conservação do meio ambiente e qualidade de vida das pessoas.

Partindo da premissa de que “o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser, somente, o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, cultural e espiritual, sempre em harmonia com o planeta em que habitamos”, o indicador estabelece 9 (nove) dimensões, que deverão ser devidamente mensuradas, a saber:

3. Bem-estar psicológico – avalia o grau de satisfação e otimismo de cada indivíduo da comunidade pesquisada;
4. Saúde – avalia a eficácia das políticas públicas voltadas à área, desde a prevenção associada às atitudes de valorização do bem estar das pessoas; profilaxia, que avalia o conjunto de medidas higiênicas e preventivas para casos específicos; até a saúde curativa, que diz respeito aos tratamentos de males já instalados no indivíduo;
5. Uso equilibrado do tempo – considerado um item de grande significação, avalia o tempo passado no lazer, na socialização, na educação, no trabalho, com a família e até no trânsito e em outros locais que provocam estress ou malefícios à saúde física e/ou mental;
6. Vitalidade comunitária – avalia os relacionamentos e as interações apresentando como resultado o grau de segurança e a disposição ao voluntariado. Embora não seja o único item que avalia o grau de espiritualidade de cada indivíduo, faz parte da “vitalidade comunitária” a atividade religiosa e o tempo empregado em suas práticas;
7. Educação – mede o grau de envolvimento dos indivíduos na educação formal e informal, avalia valores, competências e oportunidades além de buscar resultados no envolvimento da família quanto à educação de seus filhos, não esquecendo da educação ambiental – item considerado de suma importância para a Felicidade Interna Bruta;

8. Cultura – avalia as tradições, costumes, valores locais e oportunidades de desenvolvimento das capacidades artísticas de seus cidadãos;
9. Meio-ambiente – mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do solo, do ar e da biodiversidade que os cerca; os indicadores incluem acesso à áreas verdes, ao sistema de coleta de lixo e ao grau de envolvimento do indivíduo e do governo com a separação do lixo e reciclagem;
10. Governança – como a população enxerga o governo e o sistema eleitoral, além da honestidade, responsabilidade, comprometimento e transparência dos componentes da máquina administrativa governamental; mede, enfim, o grau de envolvimento do indivíduo e sua percepção de cidadania;
11. Padrão de vida – o último item mede a renda individual e famílias, a segurança financeira e o grau de satisfação em relação à moradia, transporte e acesso às políticas públicas.

A partir da mensuração dos nove itens apresentados, é possível obter o FIB – Felicidade Interna Bruta – de uma comunidade. A partir da inclusão de uma moeda social, visando melhorar a qualidade de vida de uma comunidade carente, é possível observar uma elevação no índice FIB dessa comunidade. Pelo menos é isso que se espera. Mas, o que é essa tal Felicidade que tanto se busca?

2.3.5 FIB X IDH

A estratégia é criar a Secretaria da Felicidade, órgão municipal que substituirá a Secretaria de Promoção Social em Campina do Monte Alegre, não só para implantar programas de auxílio às pessoas como também para chamar a atenção da mídia nacional e, quiçá, internacional. Não basta fazer, é preciso que todos saibam que foi feito. A velha história de que o ovo de galinha é líder de venda porque ela grita aos quatro ventos sua postura, continua eficaz, provando que a propaganda ainda é a alma do negócio. Há de se concordar que a galinha encontrou o modo mais fácil e rápido de anunciar o seu produto.

Ora, IDH é índice largamente utilizado no Brasil e, mesmo com falhas, mensura o desenvolvimento humano de uma cidade ou região. FIB é outra coisa: vai além do desenvolvimento, mensura a satisfação, as emoções, a felicidade e não somente a alegria.

2.3.6 Felicidade x Alegria

O psiquiatra e psicanalista Luiz Alberto Py afirma que a "busca da felicidade é o maior anseio da alma. Ser feliz é um aprendizado. A tristeza ou a alegria são provisórias e a felicidade é permanente". Isso porque, para Py, felicidade é "um estado de espírito interno que independe do que acontece à nossa volta". Há uma diferença fundamental e instrutiva entre felicidade e alegria. O indivíduo pode ser feliz mesmo quando está triste, pois a tristeza é causada pelo que acontece enquanto que a felicidade está dentro de cada pessoa. "O fato de estarmos vivos e usufruindo – do jeito que for possível – a vida, nos faz felizes", enfatiza o médico. Em outras palavras, para Py "a tristeza é provisória e a felicidade é permanente e certamente possível para todos nós".

"Ser feliz é um aprendizado e o objetivo mais importante de uma terapia é ajudar as pessoas a se encontrar com a sua felicidade", justifica Py, que afirma ser a felicidade e a alegria, dois estados emocionais completamente diferentes. Jamais um especialista poderá assumir que sejam a mesma coisa. Ocorre que alegria é um estado emocional que depende do que o indivíduo está fazendo, de algum produto, de alguma pessoa ou de algum resultado. Por isso, ganhar na loteria ou beber um refrigerante pode deixar a pessoa alegre.

Felicidade, ao contrário, é um estado autônomo, que não tem relação com coisas que o indivíduo possua, com o comportamento de outras pessoas ou com resultados de projetos individuais ou coletivos. Ao ganhar na loteria, pode-se ficar mais contente, mas não necessariamente mais feliz.

Leigos costumam misturar conceitos e significados de felicidade e alegria na cabeça, mas isto é perigoso. Ao acreditar que felicidade e alegria são a mesma coisa, passa-se à procura de viver momentos alegres o tempo

todo (daí a frase que não existe felicidade, mas *momentos felizes*). Mas o que existem são *momentos alegres*, que podem ser provocados facilmente, com um passeio ao shopping, a ida a uma festa ou assistir uma comédia. No entanto, há pessoas rindo nas festas, alegres, mas infelizes. E elas continuam indo a mais festas, pensando em encontrar a felicidade, *sem saber que a felicidade é um estado que convive com todas as outras emoções* - inclusive a tristeza, a solidão e o medo. Porque felicidade é um estado autônomo e não depende de nada para existir - exceto da vontade consciente de cada pessoa. Há quem acredite que ser feliz é apenas uma escolha.

Estabelecer a diferença entre felicidade e alegria é fundamental para a continuidade deste trabalho. Professores exultam a alegria na sala de aula: a alegria, não do ócio, mas do ser capaz de sair de um estado de não saber para um estado de saber ou de ser capaz de saber ou realizar. A alegria de ultrapassar obstáculos e barreiras para conseguir “ir além”. Essa alegria, tão valorizada por educadores como Paulo Freire, norteia a vida do ser humano levando-o a confundir com a felicidade, que é um estado de alma e independe de fatores externos. No entanto,, o bem-estar físico e psicológico, o equilíbrio nas relações com o outro, na disbrituição do tempo, no grau de educação, cultura, consciência ecológica, a percepção de justiça, fé e responsabilidade própria e de quem o governa, além do exercício pleno da cidadania com responsabilidade social podem fazer as pessoas de uma comunidade ou de uma nação enxergarem a felicidade como possível, já que seu padrão de vida será absolutamente satisfatório.

Ora, se felicidade e alegria fossem a mesma coisa, seríamos, nós brasileiros, o povo mais feliz do mundo. Podemos ser os mais alegres, mas o FIB nos coloca na 25^a. posição entre 150 países mensurados. No topo, aparecem os povos dos países nórdicos, que não são necessariamente os mais ricos ou os mais alegres, mas têm acesso a ótimos serviços básicos. Dinamarca, Noruega, Finlândia e Holanda lideram o mundo no que se refere à felicidade bruta, contrastando com países como o Togo, Benim e Serra Leoa, no extremo oposto.

Esse fator de felicidade, que poderia ser interpretado como índices de satisfação das necessidades e da qualidade de vida, e não o de alegria, que demonstra muito mais o espírito positivo das pessoas em relação ao futuro ou ao enfrentamento de seus problemas, é que gostaríamos de mensurar. Se por um lado Campina do Monte Alegre é um município novo, nascido em 1991, pequeno, carente de quase tudo, por outro é abençoado pela Natureza exuberante, está prestes a ganhar um novo fôlego educacional e precisa, com urgência, chamar a atenção da mídia para si. Essa “chamada de atenção” seria a estratégia mais eficiente para mostrar ao Brasil que Campina do Monte Alegre existe, resiste e quer prosperar.

2.4 O QUE É POLÍTICA SOCIAL?

Antes de mais nada é necessário entender o significado de política e política social. Denomina-se política a ciência de bem governar um povo. Em um Estado democrático, essa governabilidade é exercida pelo poder público, por meio de seus representantes devidamente eleitos pelo voto popular, ou seja, conduzidos ao poder pelo povo. Assim, a política tem como objetivo estabelecer os princípios que se mostrem indispensáveis à realização de um governo, tanto mais perfeito, quanto seja o desejo de conduzir o Estado ao cumprimento de suas finalidades, isto é, em melhor proveito dos governados.

A política mostra o corpo de doutrinas, indispensáveis, ao bom governo de um povo, dentro das quais devem ser estabelecidas as normas jurídicas necessárias ao bom funcionamento das instituições administrativas do Estado. Quando o Estado busca, em suas realizações, o atendimento a necessidades sociais básicas da população, seja através de garantias e ações concernentes à assistência social, saúde, educação, segurança e demais áreas necessárias, verifica-se a implementação e efetivação da política social por parte desse governo. Partindo deste raciocínio, política e política social representam atuações do poder político visando o bem-estar da população.

Segundo Renato Obikawa Kyosen, em seu artigo “Política e Política Social”, (2005) política social é

“uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Ressaltamos que entendemos, por força de trabalho todos os indivíduos que só têm a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho”.(KYOSEN, 2005)

2.5 MODELO DE DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL

Modelo de desenvolvimento neoliberal refere-se a um receituário de medidas de política econômica recomendadas – ou impostas – pelo Consenso de Washington nas últimas décadas do século XX para os países em desenvolvimento. Fundamentam-se em 3 pilares:

1. Austeridade orçamentária (responsabilidade fiscal);
2. Privatizações (redução do papel do Estado na economia);
3. Liberalização dos mercados (eliminação de barreiras alfandegárias e protecionistas).

No entanto, a pressa e a intensidade com que foram implantadas na América Latina, trouxe mais problemas do que soluções.

"A moeda social é uma ferramenta para o desenvolvimento econômico local. A ideia é fazer com que o recurso daquela comunidade possa circular o maior tempo possível dentro dela, gerando um ciclo virtuoso", explica Antonio Haroldo Pinheiro Mendonça, coordenador geral de comércio justo e crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O funcionamento é simples: no banco social, o consumidor troca reais pela moeda social em circulação no seu bairro ou cidade. No comércio local, ele ganha desconto ao pagar com esse dinheiro. Já o comércio, se houver necessidade de efetuar compras fora da comunidade, pode desfazer a troca.

"O que acontece é que sem a moeda social todo o dinheiro que entra sai, não fica nada na comunidade. Com real, geralmente as pessoas compram fora. Já com esse dinheiro (a moeda social) é garantido que as pessoas comprem no bairro", diz João Joaquim de Melo Segundo, coordenador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e do Instituto Banco Palmas.

Toda moeda social emitida no Brasil é lastreada em reais e paritária com a moeda oficial. Isso significa que, para cada sabiá, tupi, palmas ou maracanã emitido, o banco social tem um real guardado em caixa. Isso evita infringir a lei – que restringe a emissão de dinheiro ao Banco Central (BC). "Isso dá ao governo uma garantia de que não está competindo com o real", diz o representante do Ministério do Trabalho. O BC reconhece hoje essas moedas sociais como recebíveis – título que representa um valor real e que dá direito ao portador de receber um serviço ou produto em troca (a mesma classificação do vale transporte). Não existe ainda, no entanto, uma regulamentação no BC sobre a emissão dessas moedas.

Segundo Antonio Haroldo, essa regulamentação deve ficar pronta em outubro, durante um encontro de microfinanças do órgão. A recomendação, no entanto, é que a aparência das notas seja bem distinta do real. "Atualmente as confecções seguem um tipo de papel, um conteúdo mais profissional de elaboração", explica ele.

2.5.1 Salário e crédito

Os bancos sociais não fazem apenas a emissão e o câmbio de moedas sociais. Segundo Joaquim, as instituições também emprestam de R\$ 200 a R\$ 10 mil aos membros da comunidade onde atua, com recursos captados no Banco do Brasil. Mas, de novo, a moeda social é mais vantajosa: no Banco

Palmas, empréstimos em Palmas saem com juro zero. Já para tomar dinheiro em reais, o cliente paga entre 1,5% e 3,5% de juros ao mês.

O banco criou até um cartão de crédito, de uso no comércio do bairro. O cliente do Palmacard começa com crédito de R\$ 20, que pode ser aumentado se houver pontualidade nos pagamentos. Em alguns casos, de comum acordo entre as partes, os salários dos trabalhadores são parcialmente pagos em moeda social.

Desde 1994, o Real é a moeda oficial do Brasil. Mas poucos sabem que existem também outras 81 moedas circulando em vários lugares do país, que geram lucro e emprego para comunidades. Elas são as **moedas sociais**, normalmente implementadas em lugares com baixo índice de desenvolvimento humano para estimular a economia da região.

Tudo começou com o Campino, primeira moeda social criada no Brasil no século XX, mas não reconhecida oficialmente, já que, num primeiro momento, serviu apenas como facilitador do “troco” no comércio local em um tempo em que a valorização do Real provocou o sumiço das moedas (centavos) do mercado.

O Banco Palmas, primeiro banco comunitário do Brasil, fundado em 1998 para beneficiar o Conjunto Palmeira, bairro da periferia de Fortaleza. Em 2000, nasceu a moeda social Palmas, e o sucesso do empreendimento possibilitou que, em 2003, fosse criado o Instituto Palmas, responsável pela abertura da maioria dos bancos comunitários no país. A partir daí, surgiram Tupis, Mirins, Zumbis e Curumins, todas moedas alternativas aceitas em algumas comunidades do Rio de Janeiro. Em São Paulo, temos Apuanãs, Freires, Sampaio, Vistas Lindas e Moradias em Ação, por exemplo.

Mas como funciona a circulação desse dinheiro? É simples: primeiro o morador troca Reais pela moeda social local no banco comunitário da região. Depois a utiliza para fazer compras em estabelecimentos da própria comunidade, que são cadastrados no banco comunitário e oferecem desconto nas mercadorias compradas com o dinheiro alternativo. Os estabelecimentos

trocam a moeda recebida por Real – pagando uma pequena taxa – no banco comunitário, que por sua vez reverte o câmbio em investimentos na própria comunidade, como obras, melhorias em escolas e novos empreendimentos.

Dessa forma, todos saem ganhando: com o desconto nas mercadorias, o consumidor aumenta o poder aquisitivo e é estimulado a comprar produtos locais, e os estabelecimentos comerciais ganham com a fidelização dos clientes e valorização do comércio local. Já a comunidade como um todo ganha com os investimentos para melhoria da região. O objetivo é gerar riqueza e sustentabilidade local, uma vez que a riqueza do bairro gira nele próprio. Além disso, o uso da moeda social é voluntário, nenhum membro da comunidade é obrigado a utilizá-la.

Entretanto, para cada moeda social é preciso ter um real no banco, assim o número de moedas alternativas em circulação não desestabiliza a economia do país. A cotação da moeda social é a mesma do Real, e o seu propósito não é substituir a moeda oficial, mas sim funcionar como um complemento para fortalecer as economias locais.

No Brasil, o Ceará é o Estado que mais concentra moedas sociais. Em Fortaleza, por exemplo, já existe até cartão de crédito para fazer compras com a moeda alternativa, que é o caso do Palmacard. Mas o Brasil não é o único a circular esse tipo de dinheiro. Na Argentina, por exemplo, após a crise econômica de 2001, as moedas sociais chegaram a atingir quase um milhão de pessoas. Há iniciativas também no México, na Bolívia, Chile, Peru, Austrália, Japão, Estados Unidos, França, Inglaterra, Bélgica, entre outros.

2.5.2 Bancos da comunidade

Tanto a moeda social quanto o banco comunitário são de propriedade e controle da comunidade. É ela que se organiza, por exemplo, para discutir questões como juros e diretrizes dos bancos comunitários ao conceder crédito.

Tais bancos são criados através de convênio das associações, como as de moradores por exemplo, com o Instituto Palmas. Para isso, não é preciso pedir autorização ao Banco Central, apenas é comunicada a criação de um novo banco e de uma nova moeda social. Para certificar a nova moeda, o Instituto Palma disponibiliza um selo e alguns elementos de segurança que evitam a falsificação.

3.METODOLOGIA

“O pobre é a moeda de Deus”. Dom Evaristo Arns.

A pesquisa para ter seu método considerado científico precisa ser suscetível de demonstração e verificação e necessita da delimitação dos métodos utilizados. Na apreciação de Gil (2002, p. 32), etimologicamente, método significa caminho para chegar a um fim. Assim, método científico pode ser entendido como

“O caminho para se chegar à verdade em ciência [ou como] o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento”.

Desta forma, no juízo de Lakatos (1999, p. 83) a monografia pode tanto examinar aspectos particulares de um tema quanto “abranger o conjunto das atividades de um grupo social particular”. A fim de proporcionar maior “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p.45), *utilizou-se* um estudo de caso na forma descritiva, por meio dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. Para exemplificação utilizou-se o “Campino”, primeira moeda social brasileira, implementada no município de Campina do Monte Alegre, SP, em 1993, tendo vigorado até 1996.

Além do mais, a pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, teses, monografias, artigos científicos, dissertações, revistas e Internet.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A escolha de um tema e a delimitação de pesquisa de um trabalho acadêmico científico é um processo que exige do pesquisador expressar o aprendizado teórico e conceitual, obtido durante o período vivido na Universidade além de uma observação minuciosa no mundo que o cerca.

Este estudo sustenta-se fundamentalmente em duas premissas: na revisão da literatura cuja fundamentação teórica está baseada na pesquisa bibliográfica sobre direitos sociais, cidadania e programas de transferências de renda; e na análise dos dados que concedam aos conceitos valores, condicionalidades e resultados do Programa Bolsa Família, do Governo Federal do Brasil.

3.2 TIPOS DE PESQUISA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foi usado o Fundo Social do Município de Campina do Monte Alegre, SP, no programa Bolsa Família, do Governo Federal, sendo pesquisada a população de baixa renda e os desempregados, com o propósito de montar uma política pública de combate à pobreza dentro do orçamento público municipal e dentro da prioridade do então Prefeito Carlos Eduardo Vieira Ribeiro (PV), num programa de distribuição de renda.

Esta pesquisa teve como objetivo principal obter informações a respeito da comunidade em seu ambiente de trabalho para, em seguida, colocar em funcionamento uma política pública, usada para melhorar a qualidade de vida da comunidade, usando programas sociais dos governos Estadual e Federal.

4.LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 LOCAL DA PESQUISA OU LOCAL DO ESTUDO

DEMOGRAFIA CAMPINA DO MONTE ALEGRE

Número de habitantes Campina do Monte Alegre	1991: 4.535 2007: 5.567 habitantes
---	---------------------------------------

Densidade populacional Campina do Monte Alegre	28,9 /km ² (74,9 /sq mi)
---	-------------------------------------

GEOGRAFIA CAMPINA DO MONTE ALEGRE

Coordenadas geográficas Campina do Monte Alegre	Latitude: -23.5857 , Longitude: -48.485 23° 35' 9" Sul, 48° 29' 6" Oeste
--	---

Superfície Campina do Monte Alegre	18.408 hectares 184,08 km ² (71,07 sq mi)
---	---

Altitude Campina do Monte Alegre	602 m 1.975 ft
---	-------------------

Clima e Bioma Campina do Monte Alegre	Clima: subtropical úmido (Classificação climática) Bioma: cerrado e mata atlântica
--	---

Economia Campina do Monte Alegre	Agropecuária: 37 % Indústria: 9 % Comércio: 41 % Serviços: 13 %
---	--

Os dados oficiais mais recentes, coletados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, remontam a 2007, ou seja, 16 anos após

a emancipação de Campina do Monte Alegre. Pela leitura dos dados, há que salientar duas questões principais: o reduzido crescimento populacional (pouco mais de mil habitantes em 16 anos) e a economia voltada ao comércio quando em outros municípios nas mesmas condições geofísicas e populacional, a economia tende à atividade agropecuária. Ocorre que a zona urbana de Campina do Monte Alegre está localizada às margens do Rio Paranapanema e distante apenas 10 quilômetros da Rodovia Raposo Tavares, com acesso totalmente asfaltado.

Tal facilidade atrai turistas, principalmente pescadores de final de semana, vindos da capital paulista. Recentemente a economia do município recebeu reforços vindos de um Hotel Fazenda e do início das obras de uma Universidade Federal que, embora localizada no vizinho município de Buri, dista apenas 4 quilômetros da zona urbana de Campina do Monte Alegre, fato que beneficia muito mais o município alvo deste estudo do que Buri, quase 40 quilômetros distante.

Há que se levar em conta, também, outro fator: a emancipação de Campina do Monte Alegre, ocorrida em 1991. Para tanto, abre-se um pequeno parêntese a fim de uma rápida explicação sobre o fenômeno emancipatório paulista na década de 1990.

O fenômeno emancipatório paulista na década de 1990⁷

Os anos 90 assistiram a um intenso processo de emancipação municipal em todo país. Entre os anos de 1990 e 2000, foram instaladas 1.016 novas municipalidades, correspondendo a um incremento relativo de 22,6% no número de municípios brasileiros, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Muitos observadores voltaram a sua atenção para essa intensa proliferação de municípios, procurando explica-la a partir do novo contexto de redemocratização política do país e de reforma do Estado, expresso pela Constituição de 1988.

⁷ Texto baseado na dissertação de mestrado de Cláudia Gomes de Siqueira, “Emancipação municipal pós Constituição de 1988: Um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas”, defendida no Departamento de Ciência Política, IFCH/UNICAMP, em junho de 2003.

Nesse contexto, o balanço da literatura aqui considerada tem consagrado dois aspectos como estimulantes do processo de criação de municípios:

1. O novo status conquistado pelos municípios, acompanhado de uma transferência significativa de recursos e;
2. Elaboração de uma legislação, em nível estadual, que criou regras que facilitou a ocorrência de emancipações municipais.

Devido ao fato do fenômeno emancipatório dos anos 90 caracterizar-se, na maioria dos casos, pela criação de pequenos e micros municípios (com população inferior a 10.000 habitantes), ele tem, frequentemente, polarizado os pesquisadores e observadores do processo de criação de municípios, dividindo-os entre os “favoráveis à emancipação”, que veem nesse processo a possibilidade de se ampliar a participação popular na máquina pública e melhorar a implementação de políticas públicas, e os “contrários à emancipação”, que qualificam essa proliferação de municípios como predatória, pois causa distorções no sistema tributário brasileiro.

No estado de São Paulo, o processo emancipatório apresenta as mesmas tendências verificadas nacionalmente. Na última década, foram criados 73 novos municípios paulistas distribuídos da seguinte forma, conforme a Fundação Seade e Secretaria do Estado de Economia e Planejamento – IGC.

Municípios com população de até 5.000 habitantes	51
Municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes	11
Municípios com população entre 10.001 e 20.000 habitantes	7
Municípios com população entre 20.001 e 30.000 habitantes	3
Municípios com população entre 100.001 e 200.000 habitantes	1

Pela tabela, constata-se que 85% dos municípios criados em São Paulo possuem população inferior a 10.000, destacando-se os micro municípios (que possuem até 5.000 habitantes). De fato, esse tipo de incremento na rede

urbana causa impacto significativo no sistema tributário do país, afetando todos dos municípios brasileiros, principalmente no que se refere à transferência federal do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), cujo cálculo de rateio baseia-se no critério populacional.

Porém, apenas a consideração desse aspecto político-institucional fornece uma explicação insuficiente para o processo de criação de municípios ocorrido no país. O argumento central deste trabalho defende que, na elaboração de uma hipótese explicativa do processo de criação de municípios, em quaisquer recortes temporal e espacial, deve-se considerar a tridimensionalidade do fenômeno emancipatório. Ou seja, a criação de municípios vai ocorrer de acordo com a atuação de três dimensões: a demográfica, a econômica e a político-institucional.

No Estado de São Paulo, o surgimento de novos municípios tendeu a acompanhar o processo de ocupação territorial e a se concentrar nas regiões mais dinâmicas demográfica e economicamente. Uma vez completada a estruturação da rede urbana paulista, o processo de emancipação municipal durante a década de 1990 apresentaria uma mudança na sua lógica locacional. Tal mudança implicaria numa atuação predominante de um segundo eixo, composto pelas dimensões demográfica e político-institucional no processo. Assim, houve a ocorrência das seguintes situações:

1. As regiões com menor dinamismo econômico e demográfico do estado apresentariam um número maior de novos municípios;
2. As regiões com maior dinamismo econômico e demográfico apresentariam um menor número de novos municípios.

Ou seja, em São Paulo, durante a década de 1990, registrou uma maior intensidade nas áreas com menores índices econômicos e demográficos naquelas regiões com histórico antigo ou bastante recente de ocupação territorial e desenvolvimento econômico.

São hoje beneficiárias do Programa Bolsa Família⁸, em Campina do Monte Alegre, SP, 330 (trezentas e trinta) pessoas que recebem os benefícios sociais do governo nos dados obtidos pelo Fundo Social do Município, que constatou ter uma população de 380 (trezentas e oitenta) pessoas desempregadas, e mais um terço da população não tendo carteira assinada (trabalhando na informalidade).

Houve uma medição do grau de satisfação das pessoas envolvidas, mas não há como comprovar posto que não há dados comparativos adequados, já que o município foi emancipado em 1991 e, antes dessa data não há registro de nenhuma pesquisa. Portanto, a medição do grau de satisfação foi abandonada em relação a este trabalho.

O município de Campina do Monte Alegre está situado a sudoeste do Estado de São Paulo, em região agrícola com baixa industrialização e, por isso, na análise de dados, um grande número de trabalhadores não têm carteira assinada, possuindo como renda o equivalente ao salário mínimo. Esta análise foi realizada com ajuda da Assistente Social do Município do programa Bolsa Família, e nas pesquisas de amostragem do programa de política pública municipal de combate à pobreza.

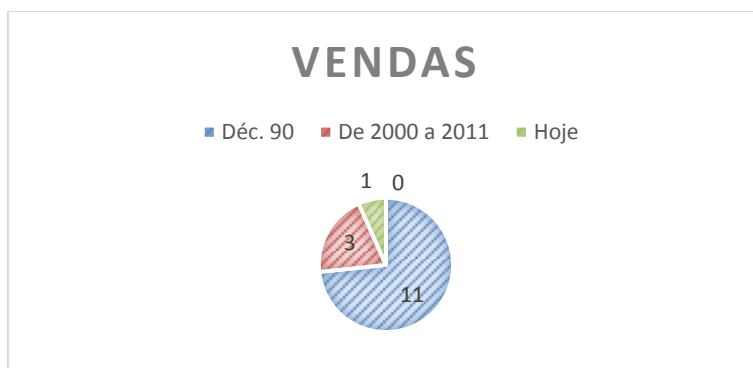
Para a realização desta monografia, foi realizada uma pequena enquete com alguns comerciantes remanescentes do tempo do “Campino”, para que se pudesse ter uma noção do que mudou na vida das pessoas diretamente envolvidas no processo de circulação da moeda social da comunidade. Essa enquete foi aplicada por pessoas que se identificaram como coletora de dados para pesquisa (o que é a pura verdade), porém omitiram o nome de quem elaborou as perguntas (para que não houvesse interferência de “simpatias” ou “antipatias”). Tal procedimento se deve ao fato de que Campina do Monte Alegre é um município pequeno, com pouco mais de 5 mil habitantes, o que torna a política local um dos principais agentes interventores da vida cotidiana.

⁸ **Programa Bolsa Família** – Conforme a “Agenda da Família”, espécie de cartilha impressa e distribuída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, o Bolsa Família consiste em “um programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e à saúde”, sendo beneficiárias as famílias com renda mensal insuficiente e filhos em idade escolar.

É certo afirmar que quanto menor a localidade, maior é a intervenção da política na vida de seus habitantes. Veja, por exemplo, a cidade de São Paulo: seus habitantes pouco dependem da prefeitura local para sobreviver; ao contrário, os habitantes de Campina do Monte Alegre dependem de empregos públicos; conhecem pessoalmente o prefeito, seus assessores e os vereadores; dirigem-se à prefeitura para resolver seus problemas de locomoção (ambulância para transferência de doentes ou ônibus para transporte de alunos da zona rural); entre outras necessidades providas pelo poder público.

RESPOSTAS

1. Em que época o seu comércio vendeu mais?



Década de 1990	11
De 2000 a 2011	3
Hoje	1

2. O(a) senhor(a) sabe dizer qual a razão da melhoria nas vendas?

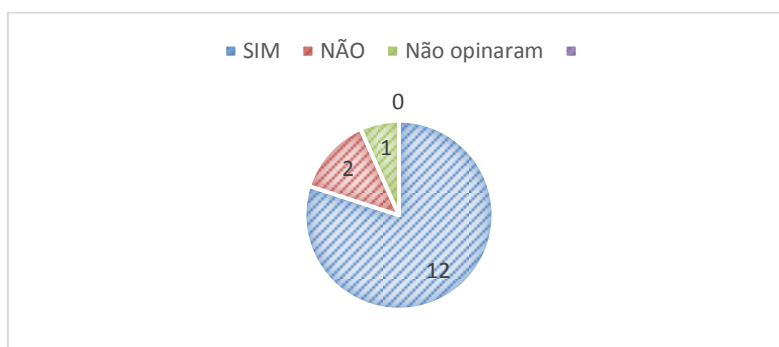


A implantação do Campino (moeda social do município)	8
O aparecimento do Real (nova moeda brasileira)	9
O avanço econômico e tecnológico brasileiro	0
O incentivo ao turismo ecológico no município	3
Outros fatores: herança usada para ampliar o comércio	1

OBS: Os entrevistados puderam marcar mais de uma alternativa.

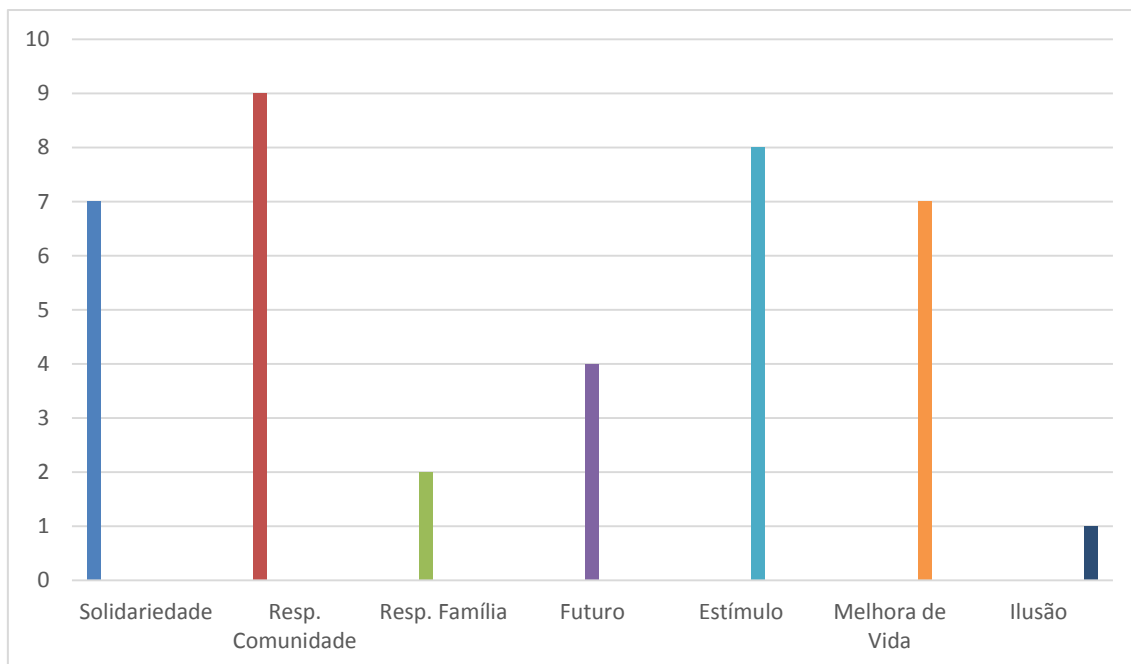
3. O aumento nas vendas fez aflorar algum tipo de sentimento?

Sim	12
Não	2
Não Opinaram	1



Qual ou quais?

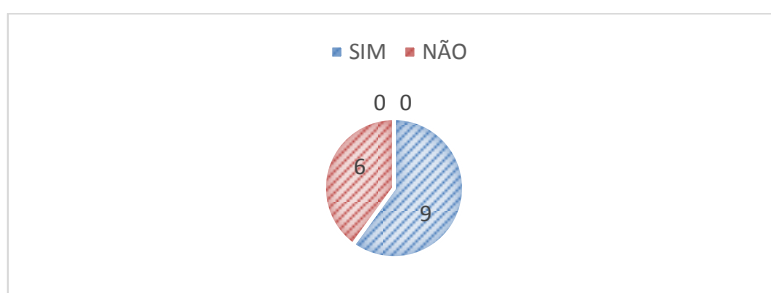
Solidariedade	7
Respeito na comunidade	9
Respeito na família	2
Esperança no futuro	4
Estímulo para trabalhar	8
Esperança de melhorar de vida	7
Ilusão (sabia que não ia durar)	1



4. O(a) senhor(a) gostaria que o Campino voltasse?

Sim 9

Não 6



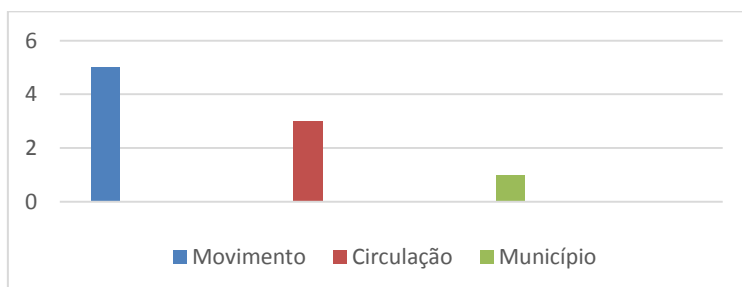
Por que?

Para **sim**:

Ajuda o movimento (transações financeiras) 5

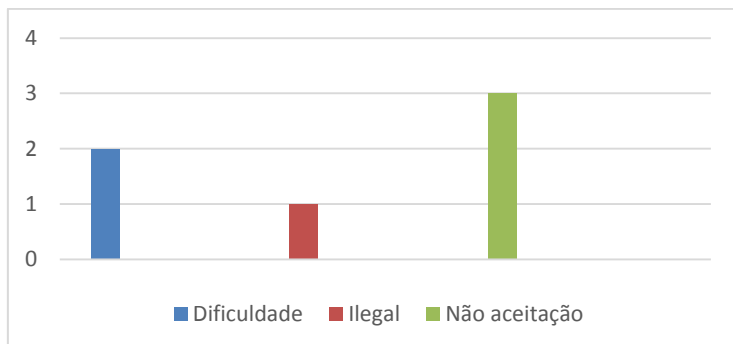
Aumenta o dinheiro em circulação 3

Torna o município conhecido no Brasil 1



Para **não**:

É difícil trabalhar com duas moedas	2
É ilegal	1
Só encheu o cofre público	3



4.2 A MOEDA SOCIAL “CAMPINO”

No início era apenas um “vale troco” que os munícipes podiam usar como dinheiro. No entanto, não demorou para que o Campino fosse valorizado, chegando ao *status* de moeda.

No intuito de lançar um plano de combate à pobreza, Vieira Ribeiro montou uma cooperativa de separação de lixo: orgânico, reciclável e não reciclável. Além de incentivar os cidadãos a cuidar melhor do lixo produzido, ajudava a combater a pobreza que, na época, era o grande desafio do Fundo Social Municipal e da própria prefeitura. A cooperativa funcionava com um caminhão que passava recolhendo o lixo reciclável. A garantia do sucesso é que o lixo era pesado e pago com Campino, a moeda social que os munícipes usavam, depois, para adquirir produtos fabricados com o próprio lixo ou qualquer outro tipo de artesanato produzido pelas pessoas atendidas pelo Fundo Social do Município.

Com o passar do tempo, o Campino foi sendo aceito pelo comércio local, a partir de acordos celebrados entre o poder municipal e os empresários do município. Dessa forma, iniciou-se o “giro” da moeda, garantindo, por quatro anos, a manutenção de programas sociais altamente eficientes em prol da população mais carente.

O Campino chamou a atenção de autoridades, brasileiras e estrangeiras, já que forneceu subsídios suficientes para o aparecimento de outras moedas sociais. Em 2009, a Revista Época estampou uma reportagem de Mariana Sanches e Inácio Aguiar sobre o assunto com a manchete “O Brasil tem uma bandeira, um presidente, um brasão, um hino e... 41 moedas em circulação”. Com efeito, para além do Real – a moeda nacional – circulavam então no Brasil cerca de 4 dezenas de moedas comunitárias e a Rede de Bancos Comunitários estimava estarem em circulação o equivalente a 80 mil Reais nessas moedas alternativas, num total de oito Estados brasileiros; uma quantidade ainda pequena, mas importante por circular em muito maior ritmo que a moeda “normal” e ser circunscrita a comunidades de um modo geral muito pobres, com graves problemas de desemprego e, algumas, já com significativos problemas de delinquência.

O aparecimento desse fenómeno de moedas de intenção social tem-se enquadrado essencialmente em dois âmbitos principais: os Clubes de Trocas e os Bancos Comunitários, que produzem o tipo de moedas que, respectivamente, chamamos de Moedas de Trocas e Moedas Locais. Mas outras moedas foram – e ainda são – também emitidas, não se enquadrando claramente em nenhum desses dois tipos principais que não serão contempladas no âmbito deste estudo.

Por isso mesmo e dado o elevado número de moedas comunitárias, ganhamos em clareza se as agruparmos pelos seguintes tipos base:

Moedas Municipais (com início em 1994);
Moedas de Cidadania (com início em 1996);
Moedas de Trocas (com início em 1999);
Moedas Locais (com início em 2002) ⁹ .

Conforme Armando Garcia (2010),

⁹ Dados obtidos no site www.complementarycurrency.org/.../Notafilia

A Moeda Comunitária, na sua maioria, não é lastrada por quantia equivalente de “moeda normal”, valor em metal nobre ou qualquer outro suporte típico dos sistemas monetários, mas, mesmo assim, é aceita como um valor padrão no meio restrito em que circula. O seu lastro é, não raras vezes, apenas o dos bens e serviços da comunidade aderente, o da confiança em que possa ser usada em aquisições ou trocas de acordo com regras definidas, aceitas e praticadas pela comunidade que a utiliza.

Esta característica, de não necessitar obrigatoriamente estar escorada tal como a moeda “normal”, tenderia a fazer com que a Moeda Comunitária tivesse um baixo índice de credibilidade e de aceitação, o que só é contrariado pela existência de outros fatores significativos. Verifica-se, nas experiências de utilização continuada de Moeda Comunitária ou Social, que mais do que o lastro, a confiança na moeda provém de um sentimento comum de grupo, de união em torno de valores e objetivos comuns, de um espírito de solidariedade social, de modo geral, só passível em ambientes restritos de circulação.

A grande característica da Moeda Social é o seu objetivo maior: ela aparece em comunidades carentes com o propósito de auxiliar no desenvolvimento socioeconômico local, seja injetando capital circulante, seja aumentando o poder aquisitivo da comunidade. Em todo caso, a Moeda Social é vista, essencialmente, como um instrumento social e não como instrumento financeiro.

É bom que esteja claro o propósito da Moeda Social: ela não é usada de maneira especulativa e não gera acúmulo de riqueza, já que não pode ser negociada a juros ou de outras formas aceitáveis à moeda normal.

Enfim, o Campino, emitido pelo município de Campina do Monte Alegre, no Estado de São Paulo, em 1994, foi a primeira Moeda Social do Século XX a circular no território nacional e, segundo o colecionador Armando Garcia,

“Alegadamente, a moeda, apenas fraccionária ao Real (de centavos) então em fase de implementação, terá surgido para resolver o problema da falta de troco no município. Segundo o Prefeito, Carlos Eduardo Ribeiro, o Campino Real surgiu porque a remessa de centavos de real para sua cidade tinha sido

insuficiente e “as pessoas estavam confundindo as moedas antigas com as novas”. Os Reais substituídos terão entretanto sido aplicados no mercado financeiro. Apesar da moeda ter sido bem aceita pela população, servindo em todo o comércio, a experiência durou apenas cerca de dois anos pois veio a ser proibida pelo governo federal”.

A emissão do Campino esteve a cargo da Associação Comercial de Campina do Monte Alegre e totalizou 10 mil cédulas de centavos de Campino, abrangendo valores de 1, 5, 10 e 50 centavos. Hoje, as cédulas transformaram-se em itens muito procurados e valorizados pelos colecionadores.

4.3 CRIAÇÃO DO CAMPINO: A MOEDA SOCIAL

A moeda social denominada Campino foi criada na primeira gestão de Prefeito de Carlos Eduardo Vieira Ribeiro, em 1.992, quando o governo federal de Fernando Henrique Cardoso implantou o plano real no intuito de combater uma inflação crônica.

Relembrando, o plano Real resultou no fim de três décadas de inflação elevada e na substituição da moeda que, a partir de julho de 1994, passou a chamar-se Real. Desde então, a inflação está sendo domada e mantida sob controle, observando-se que não houve congelamento de preços, confiscos bancários ou qualquer outro artifício econômico mais amargo. Como consequência, a economia brasileira voltou a crescer. Mas, os resultados não foram só positivos. O crescimento econômico acabou obrigando o Ministério da Fazenda a restringir a expansão da moeda e do crédito para garantir a sustentabilidade monetária. Essas medidas não favoreceram os indivíduos de baixa renda, forçando “saídas” de emergência, como aconteceu em Campina do Monte Alegre, SP, quando o então prefeito, Vieira Ribeiro, a partir de estudos comandados pelo Dr. Carlos Camacho, criou a primeira moeda social do Brasil: o Campino.

Em um primeiro momento, o Campino, impresso pela Associação Comercial do Município, servia para troco, ou seja, o seu valor era de centavos, sendo aceito no comércio local e muito bem-vindo entre os consumidores que preferiam levar Campinos para casa em vez de balinhas ou chicletes. À época, o recém criado Real estava valorizado a ponto de nenhum cidadão recusar o seu “troco”. As moedas saíram dos cofrinhos e ganharam espaço nas carteiras dos brasileiros. Não foi diferente em Capina do Monte Alegre. Porém, a falta de moedas em circulação fez com que o Campino fosse criado, de modo até ingênuo, mas com a melhor das intenções.

A grande repercussão na mídia provocou questionamentos do Banco Central do Brasil (Bacen), por conta de estar, o prefeito daquele município, cometendo crime financeiro. Nos argumentos da defesa, alegou-se que o Campino funcionava como um ticket fiscal e que não pretendia, de maneira nenhuma, ser uma moeda oficial.

Ela existiu durante 3 anos do primeiro governo de Vieira Ribeiro e o resultado expressado pela sociedade foi de um alto grau de satisfação e orgulho, não só por ter sua pequena comunidade sendo comentada internacionalmente, como em aumentar o próprio poder aquisitivo. Ou seja, a moeda social – o campino – incluiu social e financeiramente, uma comunidade que enfrentava fortes indícios de pobreza extrema.

4.4 RESULTADOS

Ao implementar o Campino, moeda social que circulou no município de Campina do Monte Alegre, SP, na década de 1990, não houve preocupação ou tempo disponível para realizar uma pesquisa de satisfação entre os munícipes que usaram tal moeda. Para a realização deste trabalho, alguns comerciantes locais foram consultados, numa espécie de enquete¹⁰ que, embora inconclusiva, destaca alguns pontos que, só pelo fato de ficarem guardados na

¹⁰ Enquete apresentada nos apêndices.

memória já revela o grau de benefício monetário e psicológico que o Campino provocou.

Sobre os resultados da enquete, como foram encontrados apenas 15 comerciantes remanescentes do Campino, ela não foi tratada como estatística, ou seja, não há que se transformar em porcentagem ou calcular o desvio padrão, já que a amostragem revelou-se muito pequena.

Embora o município conte com pouco mais de 5 mil habitantes, 41% de sua força trabalhadora está voltada às atividades comerciais. Aliás, o comércio representa o grande gerador de emprego e renda do município, contrariando as estatísticas oficiais que confirmam a força da agropecuária em municípios semelhantes. Talvez Campina do Monte Alegre tenha se desviado de sua vocação original, campestre, para investir em uma nova tendência, a do turismo ecológico, altamente propício pelo fato do Rio Paranapanema cortar o município bem próximo à zona urbana. O fato é que, conforme as respostas obtidas, a década de 1990 – quando o Campino circulou no município – trouxe consigo uma aura de esperança quando se visualiza o futuro. Mais de 50% dos entrevistados acreditam que o sucesso de seu negócio (medido pelo aumento significativo de vendas) deveu-se ao aparecimento do Real, em nível nacional; e do Campino, em nível municipal.

No entanto, a resposta que mais chama a atenção diz respeito ao tipo de sentimento que a melhora de vida provocou. Salienta-se que não houve indução de qualquer tipo, já que a pergunta teve caráter aberto, ou seja, o pesquisado pode escolher a palavra que melhor definisse seu sentimento. E dois sentimentos saltaram aos olhos: solidariedade e respeito. A comunidade como um todo e seus habitantes, individualmente, tiveram a sensação de dignidade aflorada porque ganharam o respeito de suas famílias e da comunidade como um todo e, ao descobrirem que a circulação do Campino era positiva, descobriram a solidariedade: o que é bom para mim é bom para todos, ou algo parecido.

Dos entrevistados, 60% gostaria que o Campino voltasse a circular no município e as razões são óbvias: melhoram o movimento no comércio o que gera desenvolvimento e, para um dos entrevistados – talvez o “sonhador” – torna a cidade conhecida no Brasil. Isto porque, à época, a moeda social causou um grande impacto, levando Campina do Monte Alegre para a grande imprensa. Sair do anonimato, ganhar turistas extras, conceder entrevistas para canais de televisão de audiência nacional desperta, não raramente, um sentimento de poder e de grandiosidade nas pessoas. Algumas, mesmo com o passar do tempo, continuam “sonhando” com a volta desses dias tóidos como gloriosos.

Por outro lado, 40% dos entrevistados não gostaria de voltar ao tempo do Campino, sob a alegação de ser “ilegal”, de ser difícil trabalhar com duas moedas ou por questões puramente políticas: o Campino “só encheu os cofres públicos”. Volta-se à questão da dependência pública: quanto menor a comunidade, maior é a dependência de seus habitantes do poder público municipal e, portanto, maior é o envolvimento com a política senão partidária, pessoal. Explicando: o brasileiro não tem tradição partidária na política. Vota-se na pessoa, não no partido. A empatia vale muito mais do que a ideologia. Ora, empatia temos com pessoas, Ideologias com instituições. Logo, se votamos pela empatia, votamos na pessoa e não na proposta política ou na ideologia partidária. Essa máxima se aplica, principalmente, em pequenas comunidades, onde cada eleitor tem a oportunidade de conhecer pessoalmente seu candidato e, amiúde, o encontra pela rua, na padaria, no banco ou na praça. Cada eleitor sabe onde o prefeito mora, onde os filhos dele estudam e quem são seus amigos. Portanto, fica mais fácil votar no “nome” e infinitamente mais difícil recorrer à “ideia”. Esta é aceita pelos eleitores e rechaçada pelos adversários políticos quando apresentada à comunidade. Assim aconteceu com o Campino, que surgiu pela iniciativa do poder público municipal. E assim acontece com todas as políticas implantadas nessas pequenas comunidades: não importa o quanto seja benéfica, se é obra dos adversários, cai por terra assim que a oposição ganha o poder.

Estas organizações produtivas e estimuladas mediante a prática de autogestão de trabalho coletivo e cooperativo – onde os trabalhadores são proprietários – dos empreendimentos que conseguissem abranger desde a produção até a circulação de produtos e serviços. Toda a produção seria paga com a moeda social, um tipo de dinheiro informal que permite a criação de um novo mercado, onde produtores e consumidores possam satisfazer suas necessidades e desejos com o uso do dinheiro.

Citando uma frase de Heloisa Primavera “é possível descobrir a abundância onde hoje só vemos a escassez”. A sugestão é que este programa de moeda social mereça, das Universidades, mais trabalhos acadêmicos com o intuito de trazer mais estudos as estas iniciativas anárquicas socialistas, solidárias e com pensamento humanista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande problema da operacionalidade da moeda social está em trazer à sociedade as explicações e os mecanismos de uso na divulgação e seus benefícios e tem que ser feita com um estudo estatístico dos atores envolvidos, além de ser necessária uma ampla discussão com a classe política e também usando técnicas para evitar conflitos e uma vontade política do agente público em trazer esta classe social ao mercado consumidor.

A filosofia da moeda social é contra o acúmulo de capital e a especulação, visando a melhor qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos sem o pagamento de juros e empreendimentos éticos saudáveis e no uso diário de quitação de pequenas contas, e tem seu uso em comunidade de exclusão social. Ou seja, o objetivo primeiro da moeda social é a inclusão. Cabe considerar se a inclusão monetária pode trazer – ou promover – a inclusão social.

Quando a concessão de crédito e a oferta dos demais serviços financeiros são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização com base em relações de proximidade, confiança e em princípios da economia solidária, a inclusão social é potencializada e qualificada. Os efeitos na comunidade local são admiráveis, se levada em consideração uma outra lógica que não a capitalista, ou seja, com o foco na valorização do ser humano. A conquista da auto estima e das condições mínimas de dignidade humana é oferecida pelo desenvolvimento de talentos e dons antes sufocados pela falta de recursos financeiros. Um novo sentido é vivenciado, quando a própria população pode trazer à consciência o quanto é relevante seu papel de protagonista nas atividades que operam melhorias em seu ambiente de existência.

Cabe considerar sobre a inclusão monetária e a inclusão social, a percepção de que a inclusão monetária pode sim trazer inclusão social. Quando a concessão de crédito e a oferta dos demais serviços financeiros são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização com base em relações de proximidade, confiança e em

princípios da economia solidária, a inclusão social é potencializada e qualificada.

Os efeitos na comunidade local são admiráveis, se levada em consideração uma outra lógica que não a capitalista, ou seja, com o foco na valorização do ser humano. A conquista da autoestima e das condições mínimas de dignidade humana é oferecida como oportunidade pelo desenvolvimento de talentos e dons antes sufocados pela falta de pequenos montantes monetários. Um novo sentido é vivenciado, quando a própria população pode trazer à consciência o quanto é relevante seu papel de protagonista nas atividades que operam melhorias em seu ambiente de existência.

A autonomia é entendida como a capacidade do ser humano em governar-se por si mesmo de forma autorregulada, com motivação de alcançar um patamar de igualdade entre e perante todos e em qualquer situação. Ao utilizar-se da autonomia com fins de criar, na coletividade, uma ferramenta monetária para uso num território específico (a moeda social circulante local), caracterizando-a com uma identidade reconhecível, emitindo-a e colocando-a em circulação, promove-se um processo de envolvimento dos produtores, consumidores, prestadores de serviços, comerciantes e população em geral. Ocorre um estímulo à maturidade destas pessoas, no sentido evolutivo do ser humano, de poder escolher outros patamares de crescimento interpessoal, ao assumir habilidades e deixar de colocar no “outro” a total responsabilidade pelos acontecimentos que influenciam sua realidade.

Ocorre um “caminhar com as próprias pernas”, diminuindo a dependência das políticas assistencialistas, tanto públicas quanto da iniciativa civil e passa-se a considerar esses agentes externos como parceiros na caminhada.

O exercício da autonomia é reforçado pelos agentes externos (ONGs, iniciativa privada e poder público) que procuram atuar de forma consciente e estratégica, de sua posição como parceiros, na tomada de decisões de todos os envolvidos. Estes agentes apoiam e constroem, conjuntamente, as

iniciativas provenientes da percepção que os próprios pobres e indigentes possuem a respeito de sua condição de vulnerabilidade.

Os pobres possuem uma vasta experiência no enfrentamento das condições adversas de sobrevivência, o que pode auxiliá-los no desenvolvimento de estratégias e procedimentos para superar tal situação miserável. Essa pode ser a principal estratégia para que as ferramentas sejam utilizadas de modo correto e seguro. Ninguém melhor do que o médico para dar o diagnóstico; ninguém melhor do que o pobre para valorizar a riqueza.

Advém que o objetivo geral desta monografia foi alcançado, pois permitiu a identificação do contexto organizativo das moedas sociais que circulam no Brasil, a partir de um breve estudo do Campino e com base nas relações que ocorrem entre as finanças solidárias e as finanças tradicionais focadas na descrição e circulação das moedas sociais inseridas num contexto de extrema pobreza. Foi dada relevância à moeda paralela identificada como moeda social “Campino”, e como sua circulação municiou de poder aquisitivo a comunidade que, antes, vivia em estado de vulnerabilidade.

Como último item dos objetivos, a mensuração da qualidade de vida sob a ótica do envolvimento com a moeda social, conseguiu-se, apenas, uma enquete, dadas as circunstâncias adversas de tempo decorrido entre a circulação do Campino e a realização deste trabalho e a falta de pesquisas anteriores para a devida comparação. Já foi explicado Campina do Monte Alegre apenas recentemente conseguiu sua emancipação, tornando-se município. Antes de 1990, nenhum dado relevante sobre a região foi encontrado, o que dificulta a comparação estatística ou científica. Portanto, o grau de satisfação dos agentes envolvidos só poderão ser citados na teoria e com base na enquete realizada para a elaboração desta monografia, não tendo base científica ou estatística. Fica, então, gravada a sugestão que se faça um estudo *in loco* mais aprofundado, sobre a situação da comunidade nos dias atuais, ressaltando a identificação dos limites e das potencialidades da moeda social como foi implantada naquele local.

Somente desta maneira pode-se estabelecer um quadro comparativo que permitirá uma visão geral das principais características, clareando os contornos que circundam o tema, assim como a originalidade de sua implantação.

Adicionou-se algumas reflexões acerca das moedas sociais e como o poder público pode agir como um agente parceiro, estimulando o processo de desenvolvimento local, por meio de iniciativas que promovam a redução da pobreza, a partir de ações adaptadas à realidade peculiar da população que vive em condições miseráveis e construídas de forma coletiva com a mesma, desconsiderando a dinâmica tradicional do sistema financeiro. As iniciativas populares produtivas têm necessidade de fonte de financiamento perene. Neste aspecto, a formulação de políticas públicas tem sua relevância.

As práticas e programas voltados para a economia solidária são recentes no Brasil, fruto das demandas dos movimentos sociais vindos de todo o país. O tema economia solidária, atualmente, é transversal nos ministérios e é incorporado cada vez mais em programas e ações governamentais. O apoio do governo pode ser decisivo, mas de qualquer forma a economia solidária acontece até sem o apoio do mesmo. É uma característica interessante, o fato de que os empreendimentos que fazem parte do movimento da economia solidária possam “caminhar com as próprias pernas”.

A Economia Solidária é construída fundamentada nos pilares da cooperação, autogestão/autonomia, confiança, ética, sustentabilidade, proteção ao meio ambiente, solidariedade e igualdade na relação produção/consumo. Não se trata de utopia, pois se apresenta de forma efetiva no cotidiano de muitas pessoas nesta fase de transição e transformação, pela qual o planeta Terra e todos os seus habitantes estão passando. Este movimento de Economia Solidária busca melhores condições de vida através da construção coletiva e da distribuição mais justa da riqueza. Não só a riqueza material, como também a riqueza inerente ao ser humano no que se refere aos seus dons e talentos a serem descobertos e, também a felicidade de realizar-se como pessoa.

Realização esta que se dá por intermédio de relações mais próximas, verdadeiramente qualificadas, com respeito e amorosidade, seja no trabalho, na comunidade, ao consumir, ao comercializar, ao trocar. Afinal a troca é o princípio da vida, é o que fazemos desde o primeiro momento após o nascimento até nosso último momento por aqui.

5.1 RECOMENDAÇÕES

De uma forma auspiciosa, recomenda-se aprofundar o estudo a fim de encontrar elementos para a formação de um sistema financeiro alternativo baseado nos princípios da economia solidária. Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de um marco regulatório para tais instrumentos e instituições, de modo a ser construída coletivamente com transparência, precisão e adaptada a esta realidade que se descortina.

A presente monografia tratou de um tema específico da realidade local de Campina do Monte Alegre, município do Estado de São Paulo, que teve seus “quinze minutos de fama” na década de 1990, ao implantar o Campino, que ficou conhecida como a primeira moeda social brasileira da atualidade.

Na época de sua circulação, o município ganhou destaque por vincular os interesses da população local com os de instituições promotoras do desenvolvimento. A recente metodologia de implementação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento aperfeiçoa-se conforme o “andar da carruagem”, porém, não leva em consideração o Campino que foi, na época, tido como “ilegal”, acabando por desaparecer por ordem do Banco Central. Hoje, realizam-se acordos e parcerias com instituições da iniciativa civil, privada e pública, no sentido de multiplicar esta experiência por todo o Brasil. Torna-se relevante o conhecimento e reflexão sobre tal metodologia para multiplicação das moedas sociais e de toda a infraestrutura necessária para que sua circulação permaneça por longos períodos, já que promove, muito mais que o “dinheiro”, a dignidade humana. Soma-se a este aspecto, o interesse oriundo de alguns empreendimentos econômicos solidários que

pipocam por todo o país, para que se fundamente e se amplie o acesso a este tipo de mecanismo.

Há uma diversidade temática a ser estudada a partir do crédito popular praticado no Brasil. Recomenda-se aqui alguns destes estudos.

1. Mensurar os impactos econômicos e sociais da moeda social comparando os diversos métodos utilizados;
2. Estudar a viabilidade econômica e social, bem como mensurar os impactos de implementação de moedas sociais e bancos comunitários de desenvolvimento em territórios de população vulnerável;
3. Aprofundar a análise comparativa sobre as finanças tradicionais e finanças solidárias, inclusive com análise de caso de outras experiências;
4. Aprofundar o estudo sobre as finanças solidárias a fim de delineá-la com maior integridade;
5. Analisar, social e economicamente, o impacto da utilização das metodologias alternativas, como aval solidário, sistema de juros evolutivos e cartão de crédito comunitário.

Enfim, permanece o sentimento de satisfação alcançado referente à aproximação com a leitura especializada no tema. Os conhecimentos adquiridos com a prática do movimento da Economia Solidária facilitaram a elaboração da presente monografia levando, inclusive, à reflexão de novas maneiras de mensurar a satisfação dos envolvidos.

Medir a Felicidade Interna bruta possibilitará, além do indispensável envolvimento da mídia e da grande imprensa – considerado fundamental para o sucesso do empreendimento, já que dará visibilidade à comunidade

diretamente envolvida – uma atualização e aprimoramento na capacidade interpretativa e ao senso crítico, despertando o interesse da comunidade sobre o tema para que possa ser estudado e vivenciado. Este é o caráter principal do presente trabalho: vivenciar o que há de melhor, do ponto de vista humano e prazeroso, oferecendo oportunidades de desenvolvimento social, financeiro, artístico e de todas as potencialidades possíveis ao ser humano. Esta deve ser, certamente, a verdadeira significação de felicidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, (jan/2006)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR-6023**. Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002 a. (Ago./2002)

BRASIL. Agenda da Família (s/data). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Governo Federal.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua – Cadastro Único para Programas Sociais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Governo Federal, 2009.

CAMACHO, Carlos. (PRESIDENTE DO PARTIDO VERDE PV SP) – 2012.

RIBEIRO, Carlos Eduardo Vieira (ECONÔMISTA PREFEITO ELEITO DEMOCRACIA CAIPIRA) – Prefeito na gestão de 1992 a 1996, 2000 a 2004, 2013 a 2016.

NETO, Diogo Branco Ribeiro (ECONÔMISTA BANCO MUNDIAL) – Entrevista sobre economia Islâmica – 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FLACSO Brasil & Cebela – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro. 2012.

FAUSTINO, Andrea Viana. **O Crédito Popular sob a ótica das Microfinanças, e Finanças Tradicionais**: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza - CE. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. Florianópolis. 2007.

GARCIA, Armando. **Notafilia: Moedas Comunitárias Brasileiras**. On-line, Disponível em: < www.complementarycurrency.org/notafilia >

HELOISA PRIMAVERA (PROF. FACULDADE BUENOS AYRES ARGENTINA)

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KELLY, Annie. **A Felicidade Interna Bruta do Butão**. Folha de São Paulo, ed. 10 dez. 2012.

KEYNES, Lord. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Saraiva, 2002.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp. 1999.

MARX, Karl: Livro 1- **O Processo de Produção do Capital** – 1867.

PNUD BRASIL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: 2006.

PROUDHON, Pierre-Joseph: **FILOSOFIA DA MISÉRIA** – 1840 (Anarquista)

PY, Luiz Alberto . entrevista on-line via site. Disponível em:<www.albertopy.com.br/cartas>.

REGATIERI, Rebeca Regina. **Moeda Social: uma perspectiva marxista**. São Paulo :USP –. nov. 2010.Monografia.

Revista VEJA. Edição on-line “**Planos Econômicos**”. Disponível em:<www.revistaveja.com.br>

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. **Emancipação Municipal pós 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas**. Departamento de Ciência Política. Unicamp, 2003.

SINGER, Paul Israel. **Introdução a economia solidária**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo.2002 127 p.

SMITH, Adam: Livro 3 - **A Riqueza das Nações** – 1776

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Curitiba: UTFPR, 2008. 122p.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Enquete realizada em Campina do Monte Alegre, em dezembro de 2012, sobre os efeitos do Campino na vida da comunidade.

1. Em que época o seu comércio vendeu mais?

() década de 1990

() de 2000 a 2011

() hoje

2. O(a) senhor(a) sabe dizer qual a razão da melhoria nas vendas?

() a implantação do Campino (moeda social do município)

() o aparecimento do Real (nova moeda brasileira)

() o avanço econômico e tecnológico brasileiro

() o incentivo ao turismo ecológico no município

() outros fatores, quais _____

3. O aumento nas vendas fez aflorar algum tipo de sentimento?

() sim

() não

Qual? _____

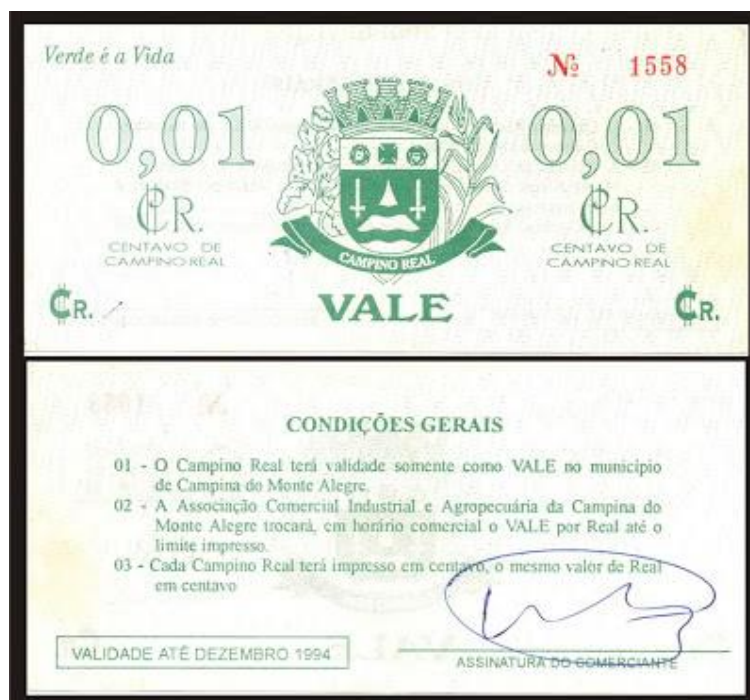
4. O(a) senhor(a) gostaria que o Campino voltasse?

() sim

() não

Por que? _____

O CAMPINO REAL



0,01 Campino Real

- Dimensões: 6,5 cm x 14,5 cm
- Data: 1994
- Anverso: Brasão de Campina do Monte Alegre
- Reverso: Condições gerais, validade e assinatura do comerciante
- Conservação: MBC